

Opinião

opinião@rac.com.br

A qualidade de vida deve ser tanto para o doente quanto para a família”

Silvia Brandalise, presidente do Centro Boldrini, sobre as políticas de atenção a pacientes com câncer.



dayz peixoto

As memórias nos encantam

Estava tão ocupada, que o tempo passava e eu ia me esquecendo de como comecei... Lembra! Há 30 anos, tornei-me pesquisadora cultural, através de um trabalho fantástico! Na verdade, foi uma odisséia. Como coordenadora do MIS, fui instigada a realizar o histórico do Grupo Vanguarda.

Sem tempo disponível, com o mínimo de pessoal e poucos recursos técnicos, enfrentei o desafio. Afinal, eu mesma havia proposto aos superiores que uma das principais funções do MIS deveria ser a de preservação da memória cultural da cidade.

Foi assim que tudo começou. Poucos funcionários, algumas improvisações e muita coragem! Em reunião com os artistas, todos se dispuseram a colaborar, a ceder seus arquivos para pesquisas, a dar informações, tudo pessoalmente. Reservando uma parte do tempo ao Cinema de Arte, que o MIS realizava no Teatro Castro Mendes, abrimos espaço à empreitada do inédito em Campinas, o da pesquisa cultural.

Assim, 1981 foi o ano do Projeto Vanguarda. Através dele, Campinas conheceu a história desses artistas, como guerrilheiros de uma nova estética. Gravamos depoimentos, fotografamos obras, reproduzimos em xerox tudo o que vislumbrávamos de importante em seus arquivos. No MIS, os poucos funcionários, Joel Luiz Bueno, já falecido, cuidava das fotografias; Celso Bodstein, de outros serviços técnico-administrativos, e até Wagner Geribello, que era funcionário da assessoria de imprensa da Secretaria de Cultura, apresentaram-se para ajudar. Henrique de Oliveira Jr., já aposentado, não deixou de colaborar como voluntário.

Assim, introduzimos, à moda da casa, a “memória oral” na pesquisa campineira. Cada entrevista era um universo de informações que chegava a nossos ouvidos e as quais, gravadas em fita cassete, seriam básicas para o cruzamento dos dados que fundamentariam a história que estávamos postulando. Geribello fez comigo a entrevista em que Thomaz Perina detalhou seus informes sobre sua intervenção na orna-

mentação interna do Centro de Convivência Cultural. E Wagner acabou por declarar: “Bem, Perina, nas devidas proporções, você foi o Da Vinci campineiro?”

Refletindo hoje, aquele foi um trabalho dedicado e audacioso. Nada podia dar errado. Nem a programação do Cinema de Arte, que corria por um lado, nem o ineditismo do Projeto Vanguarda, por outro. E assim o MIS a cada momento superava barreiras de infraestrutura, entre outras, como as goteiras. Sim, goteiras e mofo. Apesar de ainda ostentar certo glamour da inauguração, o Centro de Convivência Cultural já enfrentava o problema das infiltrações. Seus administradores colocavam baldes sob os lustres, onde as infiltrações eram maiores. O MIS, que ocupava o mezanino do bloco de entrada, tinha um carpete, que era puro mofo. Foram cerca de 9 anos de trabalho nessa sede, onde tínhamos que nos superar a cada dia. Enquanto somos jovens, os problemas se resolvem como um desafio. Enquanto o MIS não conseguia uma sede mais condizente, realizávamos um trabalho após o outro. Pesquisas, fizemos três nos anos 80: a do Grupo Vanguarda, a do Cinema Vanguarda, a do Cinema Campineiro e outra, ainda não divulgada, que se chamou “Campinas por seus historiadores”.

Voltando ao Vanguarda, o trabalho de nove meses gerou o produto histórico do grupo, impresso no já histórico catálogo-documento. Como o tempo voa, e são tantas as lembranças!

Finalmente, celebrando os meus 30 anos de pesquisadora cultural, resolvi colocar os holofotes nas “mínihas” memórias, nas quais fatos culturais e emoções seriam parceiras na narração das lembranças. Acrescento que o livro, *Landina - os fios da memória*, a ser lançado no próximo dia 30 de novembro pela Pontes Editores, conta com ilustração de nosso querido artista, Thomaz Perina, que infelizmente não poderá ver o livro publicado. Por que razão as memórias tanto nos encantam?

Dayz Peixoto Fonseca é pesquisadora cultural e escritora

A coluna semanal de Manuel Carlos excepcionalmente deixa de ser publicada hoje

dalcio



POLÍTICA

De Gaulle tinha razão?

FAVEÇO CORRÊA

Um amigo meu acaba de me mostrar “gentil” correspondência que recebi do seu banco dizendo-lhe que a entidade tinha o prazer de informar que os juros anuais do cartão de crédito passariam para “um pouco mais” de 460% ao ano. E que o juro mensal seria superior a 14%. Dá para acreditar?

Em meio à sua revolta, fiquei pensando, cá com os meus botões, se em qualquer país sério e decente uma empresa teria coragem de enviar uma correspondência como essa sem ficar com medo de ser autuada por qualquer delegacia de polícia e de seus diretores serem processados por agiotagem, abuso do poder econômico, sacanagem, ou qualquer outra coisa que o valha, e irem para a cadeia. Aliás, neste nosso império

de impunidade, ninguém de colarinho branco, público ou privado, vai para a cadeia, que está lotada de ladrões de galinha, além de uns poucos assassinos e traficantes mais votados...

Banqueiros fraudulentos andam por aí, frequentando o *jet set* e as páginas da revista *Caras* numa boa. Alguns até passando de réus a autores.

Os colarinhos-branco famosos também. O famoso Waldomiro do “mensalão”, por exemplo, é presença habitual nos salões da alta sociedade carioca e sai na foto rodeado de gente importante e de mulheres bonitas de dar inveja a qualquer babaca como eu. Nesse ínterim, o “chefe” posa de “o mais bem sucedido consultor da República”. E, ganhando muita grana, fica na dele, na espreita, na moita política, esperando o perdão incondicional que certamente vai ter e que poderá ser a luz verde que ele está esperando para se candidatar à

Presidência da República e lá, quem sabe, poder instalar a caquética ditadura do proletrariado, do qual ele não faz mais parte há muito tempo, nos moldes do que aprendeu com o guru Fidel Castro, seu modelo, sua inspiração, seu amigo íntimo e inseparável.

Punição para político no Brasil é a perda do cargo. No Japão é haraquiri. Nestas terras onde canta o sabá, demitir ministro corrupto é a única punição da moda, que dizem ser suficiente. Devolver para o povo o dinheiro roubado e ir para a cadeia, nem pensar... Disso não há risco nenhum.

E assim *la nave va*.

“Vá” para onde? Diz a sabedoria popular que não se pode enganar a todos durante todo o tempo. E que a justiça tarda, mas não falha. No nosso caso, está tardando demais. E vai continuar devagar até o dia em que o povo se revolte e saia às ruas clamando por justiça, como estão fazendo muitos na-

ções lá do outro lado do mundo. Por lá, os cidadãos encheram o saco, perderam a paciência e defenestraram do poder governantes corruptos que enriqueceram a si próprios, seus familiares e membros da sua *entourage* em proporções de causar inveja a qualquer Bill Gates da paróquia. Que Alá os proteja e esteja com eles, pela sua coragem e exemplo.

Por aqui, segue tudo mais ou menos como dantes no quartel do Abrantes... Passeatas contra a corrupção — um excelente começo — reúnem alguns milhares de gatos pingados, enquanto a Parada Gay junta milhões na Avenida Paulista. Mas isso não prova que somos um povo de homossexuais alienados. Antes pelo contrário, mostra que, sim, temos capacidade de mobilização. É só mudar a direção do canhão e acertar o alvo: a impunidade.

Se isso não acontecer, vamos continuar pagando “módicos” 460% de juros ao ano no cartão de crédito, assistindo os colarinhos-branco públicos e privados nos fazendo de trouxas, ministros ladrões sendo “punidos” com a demissão do cargo, *nomenklaturas* partidárias aparelhando o Estado inteiro e se locupletando a olhos vistos com a nossa ingenuidade de contribuintes honestos e de cidadãos que prezam a democracia, mas que ainda não aprenderam a utilizar a por não saber votar.

Enquanto permitirmos que continuem gozando da nossa cara, vamos ter que continuar concordando com Charles De Gaulle: “O Brasil não é um país sério”.

Ainda!

Fávio Corrêa (Faveço) é jornalista, publicitário, empresário e palestrante



AMBIENTE

As cidades e o Código Florestal

ROSELI B. TORRES

Em todos os países do mundo a tendência de migração das populações rurais para as áreas urbanas tem se mantido ao longo das últimas décadas. Segundo dados do IBGE, o Brasil chegou ao final do século XX como um país urbano. No ano 2000, a população urbana ultrapassou dois terços (138 milhões de pessoas) da população total. As cidades têm grandes extensões impermeabilizadas pelas construções e vias de circulação, o que aumenta a temperatura ambien-

te e promove o efeito estufa na área urbana e no seu entorno. Outro problema acarretado pela urbanização mal planejada e a impermeabilização excessiva, é que as águas da chuva não infiltram no solo, impedindo a recarga dos aquíferos e, principalmente nas áreas de baixada, escoam intensamente, ocasionando as enchentes.

A falta de vegetação, como as matas ciliares e a arborização urbana, só acentua e agrava os efeitos nocivos dessa estufa em que vivemos nas cidades. Os últimos vendavais que atingiram Campinas são um bom exemplo do que nos espera nos próximos anos. A massa de ar frio se deslocando en-

contra o ar quente da nossa “estufa campineira”, amplificando os estragos por toda a cidade. Com a arborização urbana totalmente fragilizada por décadas de maus tratamentos drásticos, erradas e desnecessárias, ausência de manutenção e planejamento — além da quase inexistência das matas ciliares no município, árvores e postes tombam por toda a cidade, causando prejuízos imediatos e de longo prazo. Além disso, a proposta de alteração do Código Florestal, agora em discussão no Senado, na qual estão previstas a diminuição ou mesmo ausência de áreas de preservação permanente (matas ciliares, nascentes, encostas e topo de

morros) nas cidades, vai aumentar exponencialmente os efeitos dos desastres naturais.

As matas ciliares desempenham importante papel ecológico, tanto na zona rural quanto na urbana — permitem a infiltração da água das chuvas, amortecendo as enchentes; retêm de partículas de solo, diminuindo a erosão e o assoreamento do leito dos córregos e rios; retêm nutrientes e agroquímicos (inseticidas e herbicidas) provenientes das áreas agrícolas; ajudam a conservar a biodiversidade remanescente e a interligar (corredor ecológico) os fragmentos de vegetação nativa na paisagem; são fonte de alimento e proteção para os organismos aquáticos,

como os peixes, dentre outros; ajudam a reter carbono, contribuindo para diminuir o efeito estufa; contribuem para manter a qualidade e quantidade das águas. Nas áreas de encostas, a vegetação natural evita o deslizamento do solo e as tragédias que presenciamos durante as chuvas de verão.

Na contramão da nossa própria história e de costas para o que pensa e sente a maioria dos brasileiros, nossos representantes na Câmara Federal aprovaram o texto do novo Código Florestal. Texto que representa um retrocesso inaudível na legislação de proteção ambiental brasileira, até agora considerada exemplar. Com o agravante de que as mudanças propostas baseiam-se em argumentos e informações falsas e distorcidas, que a comunidade científica brasileira vem insistentemente contradição, com base em todo o conhecimento acumulado nas

instituições de ensino e pesquisa do País. Podemos facilmente perceber que além dos prejuízos que a proposta de alteração do Código Florestal acarretará para a própria agricultura nacional, nós, que vivemos nas grandes e pequenas cidades, também seremos atingidos pela perda da proteção dos nossos ecossistemas. Espere que o Senado da República, em sintonia com a sociedade e considerando as ponderações dos cientistas brasileiros, expressas em documentos da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), rejeite a atual proposta de alteração do Código Florestal e fique do lado do que temos de mais importante no País — seu povo e sua natureza.

Roseli B. Torres é bióloga, botânica e pesquisadora Científica